

NOTA PÚBLICA: O REDATA NÃO DEVE AVANÇAR

Sociedade civil, grupos de pesquisa e lideranças comunitárias rejeitam o REDATA e alertam contra a criação de política de incentivos fiscais antes que o Brasil estabeleça salvaguardas adequadas para os territórios, os recursos naturais e a soberania brasileira

As organizações, movimentos, pesquisadores e entidades abaixo-assinados manifestam **oposição ao REDATA (PL 278/2026)**, que institui o Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center, e expressam profunda preocupação com a possibilidade de sua votação já na **primeira semana de setembro**.

Entendemos que o Brasil precisa, sim, construir políticas públicas sérias para orientar o desenvolvimento do setor digital. No entanto, **rejeitamos** que esse movimento comece pela entrega de benefícios fiscais e privilégios tributários para acelerar a expansão das *Big Techs* e outras grandes empresas do setor antes mesmo que o país estabeleça diretrizes adequadas para planejamento territorial, salvaguardas socioambientais e contrapartidas capazes de proteger seus recursos naturais e interesses estratégicos.

Desde que o projeto foi aprovado às pressas pela Câmara e encaminhado ao Senado, as **negociações vêm avançando sem que a sociedade tenha acesso** às alterações em discussão, assim como espaço efetivo de diálogo e participação. Ao mesmo tempo, acompanhamos uma intensa articulação política e econômica para acelerar e viabilizar sua aprovação a qualquer custo, sem o devido debate público e democrático.

A oposição ao REDATA vem acompanhada de outra exigência fundamental: acordos políticos pautados pela pressão econômica e pela narrativa de que o Brasil não pode “perder essa oportunidade” não podem justificar negociações a portas fechadas nem sob uma lógica de urgência legislativa ou vendidas como um “cheque em branco” ao setor privado.

O debate sobre os impactos dos data centers não começa agora. Sociedade civil, universidades públicas e particulares, centros de pesquisa, especialistas, comunidades e instituições públicas vêm apresentando evidências concretas sobre os severos impactos ambientais, energéticos, hídricos, territoriais, além do risco de aprofundamento da dependência tecnológica do Brasil em relação a atores estrangeiros.

Por que rejeitamos o REDATA e a sua votação?

1. Uma política nacional para data centers não deve começar por incentivos fiscais. Antes de estimular uma nova onda de empreendimentos, o Brasil precisa estabelecer regras para sua expansão, avaliar os impactos já observados nos territórios e definir onde e sob quais condições essas infraestruturas podem operar. Incentivar primeiro e regular seus impactos depois inverte a ordem das prioridades públicas.

2. Os impactos já são concretos nos territórios. Data centers são infraestruturas intensivas em energia, água e território. Diferentes regiões do país já enfrentam conflitos relacionados ao uso de recursos naturais, licenciamento, impactos cumulativos e participação das comunidades afetadas. Critérios genéricos de sustentabilidade não substituem salvaguardas socioambientais robustas, mecanismos de participação e medidas efetivas de proteção dos territórios e das populações afetadas.

3. O REDATA não oferece garantias suficientes de soberania digital. Soberania não se resume a instalar servidores em território nacional. Ela envolve capacidades tecnológicas e científicas nacionais, segurança e governança de dados, autonomia energética e proteção dos recursos naturais. Sem contrapartidas proporcionais, o Brasil corre o risco de conceder benefícios fiscais e disponibilizar recursos estratégicos enquanto assume os custos ambientais e sociais de infraestruturas controladas por grandes grupos econômicos globais.

4. A opacidade do processo contradiz o próprio discurso de soberania digital. Temos observado decisões estratégicas sobre tecnologia e infraestrutura digital avançarem por processos acelerados e pouco transparentes. É contraditório que isso ocorra enquanto o Governo Federal apresenta a soberania digital como princípio central de sua política tecnológica. **Soberania também significa capacidade democrática de decidir sobre as infraestruturas que moldarão o futuro do país.**

O Ceará expõe de forma concreta os riscos que o REDATA pode aprofundar. No estado do senador **Cid Gomes (PSB-CE)**, relator do projeto de lei, o data center do TikTok, em Caucaia, avança em meio a graves questionamentos sobre o licenciamento ambiental, a ausência de consulta prévia, livre e informada (Convenção 169/OIT) ao povo indígena Anacé e os impactos sobre água, energia e território. É especialmente grave que, diante desse contexto, o relator conduza a negociação e votação de uma política nacional de incentivos que ignora justamente as violações, conflitos e fragilidades já evidenciados em seu próprio estado.

O REDATA não pode reproduzir, em escala nacional, os conflitos, violações de direitos e impactos socioambientais que a expansão dos data centers já evidencia no Ceará e em outros territórios.

O que exigimos antes de qualquer votação

Pedimos ao Senado Federal, ao relator do PL 278/2026, senador Cid Gomes, e ao Governo Federal:

- **em primeiro lugar, que o REDATA não avance** e que o Brasil priorize a construção de uma política pública para data centers baseada em planejamento territorial, proteção socioambiental, participação social e soberania, antes da criação de novos incentivos fiscais ao setor;
- **que não avancem com o REDATA sob lógica de urgência ou por meio de negociações a portas fechadas**, tornando públicas as negociações e garantindo tempo e participação social efetiva antes de qualquer decisão sobre o projeto;
- **que as preocupações e salvaguardas socioambientais, já apresentadas em documentos da academia e sociedade civil, sejam efetivamente incorporadas nas políticas sobre data centers**, incluindo transparência sobre uso de água e energia, avaliação de impactos cumulativos, licenciamento adequado, auditorias independentes, participação das comunidades e garantia de consulta prévia, livre e informada;
- **que qualquer política de incentivo público para o setor seja precedida de avaliação de seus impactos e condicionada a contrapartidas efetivas para a soberania e o desenvolvimento brasileiros**;

Não somos contrários ao desenvolvimento tecnológico, à inovação ou à construção de infraestrutura digital no Brasil. Somos contrários a um modelo de política pública em que a atração de investimentos se torna um objetivo em si mesmo e a participação popular, os custos ambientais, sociais e fiscais são tratados como secundários.

Soberania digital não se constrói com opacidade, urgência e decisões orientadas predominantemente pela pressão econômica. Constrói-se com transparência, participação social, proteção dos territórios e fortalecimento das capacidades nacionais.

O REDATA não deve avançar!

Garantam escrutínio público e salvaguardas aos direitos antes de qualquer decisão.

Brasília, 31 de agosto de 2026.

ORGANIZAÇÕES E ENTIDADES SIGNATÁRIAS:



**CODING
RIGHTS**



ORGANIZAÇÃO DOS VELHOS TRONCOS
DO POVO ANACÉ DA JAPUARA (JAPIMAN)







